



Tribunal de Contas

Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2000

Volume II
Relatório



CAPA: *"Liquidação de contas na Casa dos Contos", no tempo do Rei D. Afonso V.*



Tribunal de Contas

PARECER SOBRE A CONTA GERAL DO ESTADO
Ano Económico de 2000
VOLUME II
Relatório



Tribunal de Contas

Intervieram na elaboração deste Parecer as seguintes áreas de responsabilidade do Tribunal:

Área I

Domínio: *Despesa global, concessão de apoios, dívida pública, património financeiro, operações de encerramento da Conta (despesa) e fluxos financeiros entre o OE e o SPE e para a União Europeia*

Conselheiro Responsável: *João Pinto Ribeiro*

Auditor Coordenador: *Leonor Côrte-Real Amaral*

Auditores Chefes: *António Marta e Francisco Moledo*

Execução técnica: *Alexandre Barbosa, Arabela Correia, Enaltina Vasques, Josefa Henriques, Leonor Monteiro, Luís Filipe Ferreira, Manuel Duarte, Manuel Rodrigues, Margarida Gouveia, Maria Alice Alves, Maria Cristina Mendes, Maria do Rosário Santos Silva, Maria de Lurdes Fernandes, Rosa Maria Sequeira, Sónia Alexandra Ramalinho, Teresa Nunes e Zaida Sousa*

Apoio informático: *Célia Horta e Sandra Veloso*

Colaborou ainda na coordenação de partes do Capítulo VI: *Luís Queimado*

Área II

Domínio: *Receita global, caixas do Tesouro, receita cessante/benefícios fiscais, operações de tesouraria e operações de encerramento da Conta (receita)*

Conselheiro Responsável: *Manuel Raminhos Alves de Melo*

Auditor Coordenador: *Maria Augusta Alvito*

Auditores Chefes: *José Manuel Costa e Luís Filipe Simões*

Execução técnica: *Ângela Maria Castro, Frederico Hugo Pinto, Gisela de Oliveira Dias, Ivo Gonçalves, Manuel João Custódio, Maria Elisa Ribeiro, Maria Manuela Bonaparte, Marília Carrilho, Miguel Abrantes, Natália da Costa Barbosa, Tiago de Moura Gonçalves e Umbelina Pires.*

Apoio informático: *Maria Elisabete Bento*

Área III

Domínio: *PIDDAC e Fluxos Financeiros da União Europeia*

Conselheiro Responsável: *José Alves Cardoso*

Auditor Coordenador: *Abílio Augusto Pereira de Matos*

Auditores Chefes: *João Caracol Miguel e Nuno Gil Zibaia da Conceição*

Execução técnica: *Ana Cristina Cabo, Ana Isabel Silva, Ana Maria C. Silva, António Marques do Rosário, António Pombeiro, Carla Bastos Roldão, Humberto José Gomes, Jorge Trindade, Júlio Dias Matos, Júlio Ferreira Gomes, Teresa Estrela R. Lopes e Teresa Garrido.*

Apoio Informático: *Kátia Lorena M. Nobre*

Colaborou ainda na coordenação de partes dos capítulos IV e XI: *Rui Águas Trindade*

Área VII

Domínio: *Conta da Segurança Social*

Conselheiro Responsável: *Manuel Henrique de Freitas Pereira*

Auditor Coordenador: *António M. Fonseca da Silva*

Auditor Chefe: *José M. Barbeita Pereira*

Execução Técnica: *José M. Silva Martins e Maria de Nazaré Leça Ramada, contando ainda com a participação de Ana Godinho Tavares, Gaspar Cardoso da Costa, Isilda Albuquerque Costa, Jorge Godinho Viegas, Júlia Reis Curado, Maria Angelina Mateus, Maria Teresa Santos, Marina Pinto da Fonseca e Vítor dos Reis Domingos.*

Apoio informático geral: *Ana França, João Paulo Amado e Paula Reis*

Concepção da capa: *João Paulo Amado*

Reprografia: *Afonso Rebelo*



Tribunal de Contas

ÍNDICE



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
I – PROCESSO ORÇAMENTAL.....	I.3
1.1 – Lei do Orçamento	I.3
1.2 – Decreto de execução orçamental	I.3
1.3 – Alterações orçamentais	I.6
<i>1.3.1 – Alterações que modificaram o total da despesa (e da receita) prevista.....</i>	<i>I.7</i>
<i>1.3.2 – Alterações que modificaram o total da despesa prevista para cada um dos Ministérios e capítulos sem terem alterado o montante global da despesa.....</i>	<i>I.9</i>
<i>1.3.3 – Alterações que não modificaram o total da despesa prevista para cada ministério</i>	<i>I.12</i>
<i>1.3.4 – Alterações de natureza funcional.....</i>	<i>I.13</i>
<i>1.3.5 – Alterações de natureza económica.....</i>	<i>I.14</i>
1.4 – Conta Geral do Estado (CGE).....	I.17
II – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA.....	II.3
2.1 – Considerações gerais.....	II.3
2.2 – Âmbito de verificação	II.4
2.3 – Análise crítica do modelo de contabilização	II.6
2.4 – Análise dos resultados globais	II.11
2.5 – Imposto sobre o valor acrescentado sob administração da DGCI.....	II.28
<i>2.5.1 – Enquadramento.....</i>	<i>II.28</i>
<i>2.5.2 – Movimentação de fundos</i>	<i>II.28</i>
2.5.2.1 – Entrada de fundos	II.28
2.5.2.2 – Saída de fundos	II.30
<i>2.5.3 – Controlo de fundos e contabilização do IVA.....</i>	<i>II.31</i>
<i>2.5.4 – Avaliação do sistema de controlo</i>	<i>II.35</i>
2.6 – Execuções Fiscais de Impostos sobre o Rendimento.....	II.37
<i>2.6.1 – Enquadramento.....</i>	<i>II.37</i>
<i>2.6.2 – Contabilização no Sistema Central de Impostos sobre o Rendimento</i>	<i>II.39</i>
<i>2.6.3 – Contabilização nos Serviços de Finanças.....</i>	<i>II.44</i>
<i>2.6.4 – Avaliação do Sistema de Contabilização e Controlo</i>	<i>II.57</i>
III – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA.....	III.3
3.1 – Considerações gerais.....	III.3

3.2 – Concretização do regime de administração financeira do Estado (RAFE).....	III.7
3.3 – Evolução da Despesa.....	III.15
3.3.1 – <i>Comparação da despesa prevista com a despesa paga.....</i>	<i>III.15</i>
3.3.2 – <i>Evolução da despesa por classificação económica e orgânica.....</i>	<i>III.17</i>
3.3.3 – <i>Conferência dos mapas de despesa.....</i>	<i>III.22</i>
3.4 – Despesas constantes da "Conta Consolidada da Administração Central e da Segurança Social"	III.24
IV – INVESTIMENTOS DO PLANO	IV.3
4.1 – Considerações gerais.....	IV.3
4.2 – Análise global.....	IV.4
4.2.1 – <i>Enquadramento.....</i>	<i>IV.4</i>
4.2.1.1 – <i>Estrutura do planeamento.....</i>	<i>IV.4</i>
4.2.1.2 – <i>Opções estratégicas e objectivos da política de investimentos</i>	<i>IV.6</i>
4.2.1.3 – <i>Estrutura por sectores</i>	<i>IV.8</i>
4.2.2 – <i>Orçamento do PIDDAC.....</i>	<i>IV.8</i>
4.2.2.1 – <i>Princípios gerais</i>	<i>IV.8</i>
4.2.2.2 – <i>Fontes de financiamento</i>	<i>IV.9</i>
4.2.2.3 – <i>Programas por Ministério.....</i>	<i>IV.11</i>
4.2.3 – <i>Análise da execução do Cap. 50º - Investimentos do Plano</i>	<i>IV.13</i>
4.2.3.1 – <i>Alterações orçamentais ao Cap. 50º</i>	<i>IV.13</i>
4.2.3.2 – <i>Distribuição e classificação das despesas “realizadas” - Cap. 50º</i>	<i>IV.14</i>
4.2.3.3 – <i>Variação e evolução das taxas de execução – Cap. 50º</i>	<i>IV.15</i>
4.2.4 – <i>Análise da execução do PIDDAC global por sectores</i>	<i>IV.19</i>
4.3 – Programa PIDDAC “PRAXIS XXI”.....	IV.21
4.3.1 – <i>Enquadramento.....</i>	<i>IV.21</i>
4.3.2 – <i>Caracterização do Programa.....</i>	<i>IV.21</i>
4.3.3 – <i>Gestão do Programa</i>	<i>IV.23</i>
4.3.3.1 – <i>Planos e Relatórios de Actividades</i>	<i>IV.24</i>
4.3.4 – <i>Execução financeira global - ano 2000.....</i>	<i>IV.24</i>
4.3.5 – <i>Caracterização das metas quantificadas e previstas pelo Programa</i>	<i>IV.25</i>
4.3.6 – <i>Acompanhamento e controlo.....</i>	<i>IV.25</i>
4.3.7 – <i>Contextualização da Ciência e Tecnologia com referência ao ano de 1999.....</i>	<i>IV.26</i>
4.3.7.1 – <i>Despesa executada em I&D.....</i>	<i>IV.27</i>
4.3.7.2 – <i>Recursos humanos afectos à actividade de investigação - despesa executada em I&D.....</i>	<i>IV.27</i>



4.3.7.3 – Participação do sector empresarial nas actividades de I&D.....	IV.27
4.3.8 – Síntese da avaliação global do Programa	IV.29
V – SUBSÍDIOS, CRÉDITOS E OUTRAS FORMAS DE APOIO CONCEDIDOS PELO ESTADO	V.3
5.1 – Considerações Gerais.....	V.3
5.1.1 – Concessão de apoios não reembolsáveis.....	V.3
5.1.2 – Âmbito da verificação.....	V.8
5.2 – Apoios concedidos pelo IPAE para 2000 às "actividades artísticas de carácter profissional e de iniciativa não governamental", nas áreas do teatro, da dança e da música.....	V.9
5.2.1 – Enquadramento.....	V.9
5.2.2 – Dotações orçamentais do IPAE e subsídios atribuídos para 2000.....	V.11
5.2.3 – Atribuição dos apoios.....	V.13
5.2.4 – Pagamento e controlo dos apoios	V.19
5.2.5 – Publicitação dos apoios pelo IPAE.....	V.23
5.3 – Apoios concedidos pelo Instituto Português da Juventude	V.23
5.3.1 – Enquadramento.....	V.23
5.3.2 – Execução financeira.....	V.24
5.3.3 – Apoios a associações de estudantes do ensino superior.....	V.26
5.3.4 – Programa de Apoio às Associações Juvenis (PAAJ).....	V.29
5.3.5 – Programa Iniciativa	V.35
5.3.6 – Programa Férias em Movimento	V.36
5.3.7 – Programa Comunitário Juventude.....	V.37
5.3.8 – Apoio à Jovem Criação.....	V.38
5.3.9 – Publicitação dos apoios pelo IPJ.....	V.40
5.4 – Apoios concedidos pelo Governo Civil do Distrito de Lisboa.....	V.40
5.4.1 – Enquadramento.....	V.40
5.4.2 – Execução financeira.....	V.42
5.4.3 – Apoios atribuídos em 2000 pelo Governo Civil de Lisboa, por beneficiário, montante e finalidade	V.44
5.4.4 – Processo de atribuição, pagamento e controlo dos apoios.....	V.46
5.4.4.1 – Apoios concedidos à generalidade das associações	V.46
5.4.4.2 – Financiamento atribuído à associação constituída pelos funcionários do Governo Civil de Lisboa	V.48
5.4.4.3 – Financiamento atribuído ao Conselho Português para os Refugiados e à Obra Católica Portuguesa das Migrações.....	V.50
5.4.5 – Publicitação dos apoios concedidos pelo Governo Civil de Lisboa.....	V.51

5.5 – Apoios concedidos pelo IGAPHE no âmbito do Programa "Promoção apoiada" (RECRIA, REHABITA e RECRIPH).....	V.51
5.5.1 – <i>Enquadramento</i>	V.51
5.5.2 – <i>Execução financeira</i>	V.52
5.5.2.1 – <i>Execução orçamental</i>	V.52
5.5.2.2 – <i>Comparticipações aprovadas em 2000</i>	V.54
5.5.3 – <i>Programa RECRIA</i>	V.55
5.5.3.1 – <i>Atribuição da participação a fundo perdido</i>	V.55
5.5.3.2 – <i>Pagamento das participações no âmbito do RECRIA</i>	V.57
5.5.4 – <i>Programa REHABITA</i>	V.57
5.5.5 – <i>Programa RECRIPH</i>	V.58
5.5.6 – <i>Publicitação dos apoios pelo IGAPHE</i>	V.61
5.6 – Benefícios fiscais	V.61
5.6.1 – <i>Enquadramento</i>	V.61
5.6.2 – <i>Quantificação da despesa fiscal</i>	V.62
5.6.2.1 – <i>Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)</i>	V.63
5.6.2.2 – <i>Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)</i>	V.64
5.6.2.3 – <i>Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)</i>	V.65
5.6.2.4 – <i>Imposto automóvel (IA)</i>	V.66
5.6.2.5 – <i>Imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP)</i>	V.67
5.6.2.6 – <i>Evolução e importância relativa da despesa fiscal</i>	V.68
5.6.3 – <i>Actos administrativos que implicaram perda de receita fiscal</i>	V.69
5.6.4 – <i>Benefícios fiscais das contas poupança-habituação</i>	V.70
5.6.4.1 – <i>Enquadramento legal</i>	V.70
5.6.4.2 – <i>Controlo exercido</i>	V.71
5.6.4.3 – <i>Análise crítica das perspectivas de controlo</i>	V.73
5.6.5 – <i>Acatamento das decisões do Tribunal de Contas</i>	V.74
VI – DÍVIDA PÚBLICA.....	VI.3
6.1 – Considerações gerais.....	VI.3
6.1.1 – <i>Aspectos gerais da evolução da gestão da dívida pública</i>	VI.3
6.1.2 – <i>Enquadramento da dívida pública no ano 2000</i>	VI.4
6.2 – Factores com reflexo na evolução da dívida	VI.9
6.2.1 – <i>Execução do programa de financiamento</i>	VI.9
6.2.1.1 – <i>Emissões de Obrigações do Tesouro Médio Prazo</i>	VI.10
6.2.1.2 – <i>Certificados de aforro</i>	VI.11



Tribunal de Contas

6.2.1.3 – Empréstimos de curto prazo em moeda nacional.....	VI.12
6.2.1.4 – Emissões em moeda estrangeira	VI.13
6.2.2 – <i>Outros factores que influenciaram a evolução da dívida</i>	VI.13
6.2.2.1 – Dívida consolidada	VI.13
6.2.2.2 – Obrigações do Tesouro 1977 – Nacionalizações e Expropriações	VI.13
6.2.2.3 – Promissórias	VI.13
6.2.2.4 – Dívida assumida.....	VI.14
6.2.2.5 – Redenominação da dívida	VI.14
6.3 – Evolução da dívida.....	VI.15
6.4 – Observância dos limites fixados na Lei do Orçamento.....	VI.19
6.5 – Avaliação da gestão da dívida pública.....	VI.21
6.5.1 – <i>Enquadramento da acção</i>	VI.21
6.5.2 – <i>A revisão do benchmark e das orientações</i>	VI.23
6.5.3 – <i>Opções de financiamento</i>	VI.24
6.5.4 – <i>Operações envolvendo derivados financeiros</i>	VI.25
6.5.5 – <i>Avaliação dos riscos associados à dívida pública portuguesa</i>	VI.26
6.5.6 – <i>Análise dos custos associados à dívida pública portuguesa</i>	VI.30
6.6 – Aplicação do produto de empréstimos.....	VI.32
6.6.1 – <i>Produto dos empréstimos públicos</i>	VI.32
6.6.2 – <i>Aplicação do produto de empréstimos</i>	VI.35
6.6.3 – <i>Assunção de passivos e regularização de responsabilidades</i>	VI.36
6.6.3.1 – Assunção de Passivos	VI.41
6.6.3.2 – Regularização de Responsabilidades.....	VI.43
6.7 – Amortizações e encargos correntes da dívida.....	VI.52
6.7.1 – <i>Valores constantes da CGE e da conta de gerência do Instituto de Gestão do Crédito Público</i>	VI.52
6.7.2 – <i>Verbas orçamentais requisitadas pelo IGCP para pagamento de amortizações e encargos correntes da dívida</i>	VI.54
6.7.3 – <i>Evolução das amortizações e encargos correntes da dívida</i>	VI.56
6.7.3.1 – Amortizações.....	VI.59
6.7.3.2 – Encargos correntes da dívida	VI.60
6.8 – Dívida garantida	VI.65
6.8.1 – <i>Concessão de garantias pessoais pelo Estado</i>	VI.65
6.8.1.1 – Na ordem interna	VI.65
6.8.1.2 – Na ordem externa.....	VI.66

6.8.2 – <i>Variação das responsabilidades assumidas e efectivas do Estado por garantias prestadas</i>	VI.68
6.8.2.1 – Empréstimos internos	VI.68
6.8.2.2. – Empréstimos externos	VI.71
6.8.3 – <i>Evolução e síntese das operações efectuadas</i>	VI.73
6.8.4 – <i>Variação das responsabilidades directas por sectores beneficiários</i>	VI.74
6.8.5 – <i>Cabimento das garantias pessoais prestadas pelo Estado no limite estabelecido na Lei do Orçamento</i>	VI.75
6.8.6 – <i>Execução de garantias</i>	VI.76
6.8.6.1 – Na ordem interna	VI.77
6.8.6.2 – Na ordem externa.....	VI.78
6.8.7 – <i>Garantias pessoais concedidas por outras pessoas colectivas de direito público</i>	VI.79
6.8.7.1 – Concessão de garantias.....	VI.79
6.8.7.2 – Síntese das variações das responsabilidades indirectas.....	VI.81
6.9 – Responsabilidades do Estado por garantias prestadas no âmbito dos seguros de crédito, de créditos financeiros, de seguros-caução e seguros de investimento.....	VI.82
6.9.1 – <i>Introdução</i>	VI.82
6.9.2 – <i>Garantias prestadas pelo Estado em 2000</i>	VI.84
6.9.3 – <i>Capitais garantidos pelo Estado no ano 2000</i>	VI.86
6.9.4 – <i>Evolução, em termos acumulados, das responsabilidades efectivas do Estado no final do ano</i>	VI.87
6.9.5 – <i>Cabimento das garantias prestadas pelo Estado no limite estabelecido na Lei do Orçamento</i>	VI.89
6.9.6 – <i>Prémios</i>	VI.90
6.9.7 – <i>Pagamento de sinistros</i>	VI.91
6.9.8 – <i>Evolução dos sinistros liquidados face aos capitais garantidos e às responsabilidades efectivas</i>	VI.93
6.9.9 – <i>Recuperação de créditos do Estado</i>	VI.94
VII – PATRIMÓNIO FINANCEIRO.....	VII.3
7.1 – Considerações gerais.....	VII.3
7.2 – Subsector Estado.....	VII.5
7.2.1 – <i>Evolução global em 2000</i>	VII.5
7.2.2 – <i>Evolução por tipo de activos financeiros</i>	VII.5
7.2.2.1 – <i>Créditos por empréstimos concedidos</i>	VII.5
7.2.2.2 – <i>Créditos resultantes da execução de garantias prestadas pelo Estado</i>	VII.13
7.2.2.3 – <i>Obrigações e títulos da dívida pública</i>	VII.14



Tribunal de Contas

7.2.2.4 – Títulos de participação.....	VII.15
7.2.2.5 – Fundos de Investimento	VII.15
7.2.2.6 – Acções e quotas	VII.16
7.2.2.7 – Participações em entidades não societárias.....	VII.25
7.2.2.8 – Organizações financeiras internacionais	VII.25
7.3 – Fundos e Serviços Autónomos	VII.26
7.3.1 – Enquadramento.....	VII.26
7.3.2 – Evolução global em 2000.....	VII.29
7.3.3 – Evolução por tipos de activos financeiros	VII.32
7.3.3.1 – Créditos	VII.32
7.3.3.2 – Obrigações e títulos da dívida pública.....	VII.35
7.3.3.3 – Títulos de participação.....	VII.37
7.3.3.4 – Participações em entidades societárias	VII.37
7.3.3.5 – Participações em entidades não societárias.....	VII.43
7.3.3.6 – Fundos de Investimento	VII.44
7.3.3.7 – Outros activos	VII.45
7.3.4 – Análise comparativa entre os valores apurados e os constantes da CGE/00 e das contas de gerência.....	VII.46
7.3.4.1 – FSA constantes da CGE.....	VII.46
7.3.4.2 – FSA que não constam da CGE	VII.53
7.4 – Aplicação das receitas obtidas com a alienação de partes sociais de empresas	VII.55
7.4.1 – Evolução global.....	VII.55
7.4.2 – Despesas.....	VII.56
7.4.2.1 – Despesas com processos de privatização.....	VII.56
7.4.2.2 – Anulação e amortização de dívida pública.....	VII.56
7.4.2.3 – Aquisição de acções e aumentos de capital.....	VII.57
VIII – OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....	VIII.3
8.1 – Considerações gerais.....	VIII.3
8.2 – Âmbito de verificação	VIII.4
8.3 – Análise crítica do modelo de contabilização	VIII.6
8.4 – Análise demonstrativa dos resultados	VIII.14
8.4.1 – Entidades colaboradoras na cobrança.....	VIII.17
8.4.2 – Compensação de cheques e transferências bancárias	VIII.21
8.4.3 – Fundos e serviços autónomos.....	VIII.24
8.4.4 – Antecipação da saída de fundos previstos no Orçamento do Estado.....	VIII.28

8.4.5 – Antecipação de fundos previstos no Orçamento da União Europeia.....	VIII.28
8.4.6 – Restituição de receitas.....	VIII.31
8.4.7 – Fecho da contabilidade.....	VIII.33
IX – OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO DA CONTA	IX.1
9.1 – Encerramento da Conta.....	IX.3
9.2 – Apuramento dos saldos de encerramento.....	IX.10
X – FLUXOS FINANCEIROS ENTRE O OE E O SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL (SPE).....	X.3
10.1 – Considerações gerais	X.3
10.2 – Fluxos financeiros do subsector Estado para o SPE.....	X.3
10.2.1 – Fluxos evidenciados na CGE.....	X.3
10.2.1.1 – Subsídios	X.4
10.2.1.2 – Transferências de Capital.....	X.6
10.2.2 – Outros fluxos.....	X.7
10.2.3 – Operações não evidenciadas na CGE.....	X.9
10.3 – Fluxos financeiros do SPE para o subsector Estado	X.11
10.4 – Fluxos financeiros dos FSA para o SPE.....	X.13
10.4.1 – Fluxos evidenciados na CGE.....	X.13
10.4.2 – Outros fluxos.....	X.14
XI – FLUXOS FINANCEIROS COM A UNIÃO EUROPEIA (UE).....	XI.3
11.1 – Considerações gerais	XI.3
11.2 – Fluxos financeiros de Portugal para a União Europeia.....	XI.4
11.2.1 – Enquadramento	XI.4
11.2.2 – Recursos próprios não tradicionais	XI.5
11.3 – Fluxos financeiros da UE para Portugal.....	XI.10
11.3.1 – Análise Global.....	XI.10
11.3.1.1 – Enquadramento	XI.10
11.3.1.2 – Portugal no contexto da política financeira da UE.....	XI.11
11.3.1.3 – Transferências de Fundos da UE em 2000	XI.11
11.3.1.4 – Fluxos financeiros da UE no período 1994/2000.....	XI.12
11.3.1.5 – QCA III.....	XI.14
11.3.1.6 – QCA II.....	XI.21
11.3.1.7 – Fundo de Coesão.....	XI.24
11.3.1.8 – FEOGA Garantia	XI.26
11.3.1.9 – Cooperação com o controlo externo comunitário (TCE).....	XI.26



Tribunal de Contas

11.3.2 – <i>Avaliação global dos resultados da execução dos Programas Operacionais Regionais – PRONORTE, PROCENTRO, PORLVT, PORA e PROA – QCA II</i>	XI.28
11.3.2.1 – Enquadramento	XI.28
11.3.2.2 – Contextualização externa dos programas regionais	XI.29
11.3.2.3 – Contextualização Interna dos programas regionais	XI.33
11.3.2.4 – O sistema de informação de base informática – o SIDReg.....	XI.35
11.3.2.5 – O Sub-sistema de gestão financeira.....	XI.36
11.3.2.6 – O Sub-sistema operacional.....	XI.47
11.3.2.7 – Avaliação dos Resultados dos PO Regionais.....	XI.54
11.3.3 – <i>Desenvolvimento de investimentos com recurso a Parcerias e Iniciativas Públicas</i>	XI.55
11.3.3.1 – Enquadramento	XI.55
11.3.3.2 – Caracterização das Parcerias e Iniciativas Públicas.....	XI.55
11.3.3.3 – Apreciação global.....	XI.58
XII – SEGURANÇA SOCIAL.....	XII.1
12.1– Enquadramento jurídico e institucional.....	XII.1
12.2 – O Orçamento e a Conta.....	XII.4
12.2.1 – <i>Lei do Orçamento</i>	XII.4
12.2.2 – <i>Decreto-Lei de execução orçamental</i>	XII.5
12.2.3 – <i>Alterações orçamentais</i>	XII.5
12.2.4 – <i>Outras situações</i>	XII.6
12.2.5 – <i>Conta da Segurança Social</i>	XII.6
12.3 – Execução orçamental.....	XII.8
12.3.1 – <i>Receita</i>	XII.8
12.3.1.1 – <i>Receita orçamentada e cobrada</i>	XII.8
12.3.1.2 – <i>Evolução da receita cobrada</i>	XII.9
12.3.1.3– <i>Evolução das principais receitas</i>	XII.9
12.3.2 – <i>Despesa</i>	XII.11
12.3.2.1 – <i>Despesa orçamentada e processada</i>	XII.11
12.3.2.2 – <i>Evolução da despesa processada</i>	XII.12
12.3.2.3 – <i>Evolução das principais despesas</i>	XII.12
12.3.3 – <i>Comparação entre a receita e a despesa</i>	XII.14
12.3.3.1 – <i>Exercício de 2000</i>	XII.14
12.3.3.2 – <i>Evolução no período de 1996 a 2000</i>	XII.16
12.3.3.3 – <i>Taxa de crescimento médio anual das receitas e despesas</i>	XII.19

12.3.3.4 – Relação com o PIB	XII.21
12.3.4 – <i>Financiamento do sistema de Segurança Social</i>	XII.22
12.3.4.1 – Enquadramento jurídico	XII.22
12.3.4.2 – Origem e aplicação de fundos	XII.23
12.4 – Balanço e Demonstração de Resultados	XII.38
12.4.1 – <i>Processo de consolidação</i>	XII.39
12.4.2 – <i>Activo, Passivo e Situação Líquida</i>	XII.41
12.4.2.1 – Composição do Activo	XII.42
12.4.2.2 – Composição do Passivo.....	XII.44
12.4.2.3 – Composição da Situação Líquida	XII.45
12.4.3 – <i>Disponibilidades</i>	XII.46
12.4.4 – <i>Créditos a curto prazo</i>	XII.49
12.4.5 – <i>Créditos a médio e longo prazos</i>	XII.50
12.4.6 – <i>Imobilizações financeiras</i>	XII.51
12.4.7 – <i>Outras Imobilizações</i>	XII.52
12.4.8 – <i>Reservas</i>	XII.55
12.4.8.1 – Reserva geral do sistema	XII.55
12.4.8.2 – Reservas especiais	XII.56
12.4.8.3 – Reservas matemáticas.....	XII.56
12.4.9 – <i>Demonstração de resultados líquidos</i>	XII.58
12.5 – Pensões de reforma.....	XII.61
12.5.1 – <i>Dados financeiros e físicos</i>	XII.61
12.5.2 – <i>Capacidade de autofinanciamento do sistema</i>	XII.64
12.5.3 – <i>Sistemas de Atribuição e Controlo de Pensões</i>	XII.66
12.5.3.1 – Processos de atribuição e controlo de pensões.....	XII.67
12.5.3.2 – Processos de Gestão de Sistemas de Informação.....	XII.68
12.5.3.3 – Apreciação global.....	XII.69
12.6– A Acção Social.....	XII.69
12.6.1 – <i>Evolução global das despesas e transferências do OSS</i>	XII.69
12.6.2 – <i>Despesas e transferências correntes por áreas sociais destinadas a IPSS e Estabelecimentos Integrados</i>	XII.71
12.6.3 – <i>Distribuição Regional dos Subsídios a IPSS com Acordos de Cooperação por Áreas Sociais</i>	XII.73
12.7 – O emprego e formação profissional nas CSS e no contexto do sistema.....	XII.74
12.7.1 – <i>Prestações de desemprego</i>	XII.74

12.9.8.1 – Acordos ao abrigo do DL n.º 124/96, de 10 de Agosto (Plano Mateus).....	XII.127
12.9.8.2 – Cessão e alienação de créditos	XII.129
12.9.8.3 – Dação em cumprimento	XII.129
12.9.8.4 – Cobrança coerciva	XII.130
12.9.9 – Regularizações nas contas de contribuintes.....	XII.133
12.9.9.1 – Os processos de falência	XII.133
12.9.9.2 – Regularização de dívida por via administrativa	XII.137
12.10 –Outras dívidas à Segurança Social.....	XII.139
12.10.1 – Devedores por financiamento e participações do OE.....	XII.140
12.10.2.– Prestações indevidas e notas de reposição.....	XII.141
12.11 –Outros Devedores e Credores	XII.146
12.11.1 – Outros Devedores.....	XII.146
12.11.2 – Outros Credores.....	XII.151
12.12 –Património financeiro e imobiliário da segurança social.....	XII.153
12.12.1 – Património financeiro.....	XII.153
12.12.2 – Património imobiliário.....	XII.158
12.12.2.1 – Os bens imóveis no sistema	XII.158
12.12.2.2 – Titularidade por regiões e instituições em 2000	XII.161
12.12.2.3 – Bens imóveis titulados pelo IGFSS	XII.162



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I.1 – Alterações que modificaram o montante da receita inicialmente prevista	I.8
Quadro I.2 – Alterações que modificaram o montante da despesa inicialmente prevista.....	I.9
Quadro I.3 – Alterações que modificaram a repartição inicial da despesa por Ministérios	I.10
Quadro I.4 – Transferências de verbas entre dotações do mesmo Ministério	I.13
Quadro I.5 – Alterações de natureza funcional.....	I.14
Quadro I.6 – Alterações de natureza económica.....	I.15
Quadro II.1 – Comparação das tabelas (DGAIEC, DGCI e DGT) com a Conta Geral do Estado (DGO).....	II.12
Quadro II.2 – Contabilização da Cobrança e Reembolsos nas Tabelas, Contabilidade do Tesouro e CGE	II.24
Quadro II.3 – Apuramento da Receita Efectiva por entidades	II.26
Quadro II.4 – Certidões e valor em dívida por ano de exercício	II.40
Quadro II.5 – Certidões por tipo de liquidação	II.42
Quadro II.6 – Distribuição por intervalos de valor	II.43
Quadro II.7 – Instauração dos processos de execução fiscal.....	II.46
Quadro II.8 – Certidões de dívida já extintas no PEF dos SF de Cascais - 1, Lisboa - 6 e Oeiras - 3 que permanecem activas no SCIR, por ano de extinção	II.54
Quadro II.9 – Certidões de dívida já extintas no SEF do SF de Lisboa – 2 que permanecem activas no SCIR, por ano de extinção.....	II.55
Quadro III.1 – Execução orçamental.....	III.3
Quadro III.2 – Serviços integrados no RAFE quanto às despesas de funcionamento – por Ministério	III.9
Quadro III.3 – Serviços integrados no RAFE quanto às despesas inscritas no Cap.º 50 – por Ministério	III.10
Quadro III.4 – Capítulo 80 – "Contas de Ordem" por Ministério	III.14
Quadro III.5 – Comparação da despesa prevista com a despesa paga por Ministério.....	III.16
Quadro III.6 – Evolução da despesa orçamental – 1999 - 2000 – por classificação económica.....	III.18
Quadro III.7 – Evolução da despesa orçamental – 1999 - 2000 – por Ministério	III.20
Quadro III.8 – "Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social" – Despesas	III.25
Quadro III.9 – Estrutura das despesas consolidadas	III.25
Quadro IV.1 – PIDDAC Previsional	IV.9
Quadro IV.2 – Fontes de financiamento do PIDDAC global	IV.10
Quadro IV.3 – Execução financeira global do PIDDAC	IV.10
Quadro IV.4 – Variação da taxa de execução financeira.....	IV.11
Quadro IV.5 – Síntese e peso relativo dos programas novos e em curso.....	IV.12

Quadro IV.6 – Alterações ao orçamento inicial da despesa – Cap 50º.....	IV.13
Quadro IV.7 – Despesas “realizadas” por ministério e por agrupamentos económicos – Cap. 50º	IV.14
Quadro IV.8 – Taxa de execução por agrupamentos económicos – Cap. 50º	IV.15
Quadro IV.9 – Taxa de execução por ministérios – Cap. 50º.....	IV.17
Quadro IV.10 – Evolução orçamental do PIDDAC (Cap. 50º) em termos orgânicos – 1998/2000.....	IV.18
Quadro IV.11 – Execução por sectores – Cap. 50º.....	IV.19
Quadro IV.12 – Execução do PIDDAC global por sectores e fontes de financiamento.....	IV.20
Quadro IV.13 – Execução financeira do PRAXIS XXI - Mapa XI do OE/01.....	IV.22
Quadro IV.14 – Execução financeira global do PRAXIS XXI – ano 2000.....	IV.24
Quadro IV.15 – Avaliação global do Programa.....	IV.29
Quadro V.1 – Apoios directos do Estado – por sectores institucionais	V.4
Quadro V.2 – Apoios directos do Estado – por Ministérios	V.4
Quadro V.3 – Apoios directos do Estado a empresas e instituições de crédito.....	V.6
Quadro V.4 – Apoios directos do Estado – a "instituições particulares" e a "famílias/particulares".....	V.7
Quadro V.5 – Apoios concedidos pelos Serviços e Fundos e Autónomos – por sectores institucionais	V.8
Quadro V.6 – Tipos de apoios do IPAE em 2000.....	V.10
Quadro V.7 – Pagamentos efectuados por conta das dotações do IPAE em 2000	V.11
Quadro V.8 – Subsídios atribuídos pelo IPAE para 2000.....	V.12
Quadro V.9 – Execução orçamental das dotações para apoios do IPJ	V.24
Quadro V.10 – Programas do IPJ em 2000	V.25
Quadro V.11 – Apoios concedidos no âmbito do PAAJ	V.29
Quadro V.12 – Execução financeira dos apoios do GCL.....	V.42
Quadro V.13 – "Pagamentos efectuados" (CGE) referentes a apoios dos Governos Civis.....	V.43
Quadro V.14 – Execução orçamental do Programa IGAPHE – "Promoção Apoiada"	V.52
Quadro V.15 – Financiamento dos projectos aprovados em 2000.....	V.55
Quadro V.16 – Despesa fiscal (total).....	V.62
Quadro V.17 – Despesa fiscal em IRS.....	V.63
Quadro V.18 – Despesa fiscal em IRC	V.64
Quadro V.19 – Despesa fiscal em IVA.....	V.65
Quadro V.20 – Despesa fiscal em IA	V.66
Quadro V.21 – Despesa fiscal em ISP.....	V.67
Quadro V.22 – Evolução da despesa e da receita fiscal.....	V.68
Quadro V.23 – Peso da despesa fiscal na receita do imposto	V.68
Quadro VI.1 – Execução do programa de financiamento.....	VI.9
Quadro VI.2 – Obrigações do Tesouro Médio Prazo emitidas ao abrigo da LO/2000.....	VI.10



Tribunal de Contas

Quadro VI.3 – Evolução da dívida pública directa.....	VI.16
Quadro VI.4 – Estrutura da dívida denominada em moeda estrangeira, por moedas.....	VI.19
Quadro VI.5 – Estrutura da dívida total, após swaps.....	VI.19
Quadro VI.6 – Risco cambial – Exposição cambial primária e exposição cambial líquida.....	VI.27
Quadro VI.7 – Perfil de maturidades da dívida "Outstanding".....	VI.27
Quadro VI.8 – Perfil de maturidades da dívida acumulada	VI.28
Quadro VI.9 – Perfil de "refixing" da carteira (distribuição por buckets das parcelas a refixar em % do valor actual da carteira).....	VI.28
Quadro VI.10 – Duração modificada.....	VI.29
Quadro VI.11 – Evolução do risco de crédito expresso em percentagem do limite em vigor, em cada momento do tempo.....	VI.29
Quadro VI.12 – Desempenho da carteira real e do benchmark durante o ano 2000 (Taxas internas de rentabilidade anualizadas)	VI.30
Quadro VI.13 – Diferença de spreads entre a carteira real e o benchmark durante o ano 2000.....	VI.31
Quadro VI.14 – Emissões e produto dos empréstimos públicos em 2000	VI.34
Quadro VI.15 – Produto e aplicação dos empréstimos em 2000.....	VI.35
Quadro VI.16 – Assunção de passivos e regularização de responsabilidades	VI.39
Quadro VI.17 – Discrição dos valores pagos ao grupo EDP	VI.44
Quadro VI.18 – Amortizações e encargos com a dívida.....	VI.53
Quadro VI.19 – Evolução das dotações orçamentais requisitadas	VI.54
Quadro VI.20 – Evolução dos montantes a repor.....	VI.55
Quadro VI.21 – Juros e resultados de swaps em 1999 e 2000	VI.56
Quadro VI.22 – Evolução das amortizações e encargos da dívida	VI.59
Quadro VI.23 – Evolução das amortizações	VI.59
Quadro VI.24 – Evolução dos encargos com juros	VI.60
Quadro VI.25 – Evolução das despesas com serviços da dívida pública.....	VI.61
Quadro VI.26 – Comissões pagas/juros recebidos.....	VI.63
Quadro VI.27 – Garantias pessoais concedidas pelo Estado na ordem interna.....	VI.65
Quadro VI.28 – Garantias pessoais concedidas pelo Estado na ordem externa.....	VI.67
Quadro VI.29 – Variação das responsabilidades do Estado na ordem interna.....	VI.69
Quadro VI.30 – Divergências face aos valores constantes do Mapa 10, anexo à Conta Geral do Estado, e dos mapas da DGT (responsabilidades efectivas).....	VI.70
Quadro VI.31 – Variação das responsabilidades do Estado na ordem externa.....	VI.72
Quadro VI.32 – Divergências face aos valores constantes dos mapas da DGT e da CGE.....	VI.73
Quadro VI.33 – Evolução dos factores que influenciaram a variação das responsabilidades efectivas do Estado	VI.73
Quadro VI.34 – Variações das responsabilidades directas assumidas por sectores beneficiários	VI.74

Quadro VI.35 – Variações das responsabilidades directas efectivas por sectores beneficiários	VI.75
Quadro VI.36 – Cabimentação das garantias pessoais prestadas pelo Estado	VI.76
Quadro VI.37 – Garantias pessoais concedidas por outras pessoas colectivas de direito público.....	VI.80
Quadro VI.38 – Variações das responsabilidades indirectas	VI.81
Quadro VI.39 – Evolução anual dos capitais garantidos pelo Estado	VI.86
Quadro VI.40 – Evolução da posição das responsabilidades efectivas do Estado.....	VI.87
Quadro VI.41 – Evolução dos sinistros liquidados face às responsabilidades efectivas acumuladas e aos capitais garantidos	VI.93
Quadro VII.1 – Repartição do património financeiro, por subsector e tipo de activo	VII.4
Quadro VII.2 – Património financeiro do subsector Estado. Evolução registada em 2000, por tipo de activo	VII.5
Quadro VII.3 – Créditos por empréstimos concedidos. Montante contratual global, por moedas de denominação	VII.6
Quadro VII.4 – Créditos por empréstimos concedidos. Repartição do montante contratual global, por mutuários.....	VII.7
Quadro VII.5 – Créditos por empréstimos concedidos. Evolução registada em 2000, por natureza e moeda de denominação	VII.8
Quadro VII.6 – Créditos por empréstimos concedidos. Evolução da repartição por moedas de denominação	VII.9
Quadro VII.7 – Créditos por empréstimos concedidos. Comparação dos movimentos registados em 1999 e 2000.....	VII.10
Quadro VII.8 – Créditos por repasse de fundos. Montante contratual, por beneficiário e origem dos fundos.....	VII.12
Quadro VII.9 – Créditos por repasse de fundos. Evolução registada em 2000, por natureza e moeda de denominação	VII.13
Quadro VII.10 – Créditos resultantes de reestruturação de dívidas. Evolução registada em 2000, por natureza e moeda de denominação	VII.14
Quadro VII.11 – Obrigações e títulos da dívida pública na carteira da DGT. Evolução registada em 2000, por tipo de título.....	VII.15
Quadro VII.12 – Fundos de Investimento na carteira da DGT	VII.15
Quadro VII.13 – Acções e quotas na carteira da DGT. Evolução registada em 2000, por natureza dos movimentos.....	VII.16
Quadro VII.14 – Alienação de participações do Estado, por empresa e ano de publicação da legislação	VII.19
Quadro VII.15 – Alienação de participações do Estado. Receita obtida em 2000, por empresa alienada	VII.24
Quadro VII.16 – Participações em organizações financeiras internacionais. Evolução e encargos suportados em 2000, por organização	VII.26
Quadro VII.17 – Composição das carteiras dos FSA, por natureza de activos	VII.27
Quadro VII.18 – Evolução do património financeiro	VII.29
Quadro VII.19 – Evolução global do património financeiro, por entidade gestora.....	VII.31



Tribunal de Contas

Quadro VII.20 – Evolução registada na carteira dos empréstimos concedidos	VII.33
Quadro VII.21 – Evolução dos créditos do IFT por natureza de empréstimos	VII.34
Quadro VII.22 – Variações registadas na carteira do IFT.....	VII.34
Quadro VII.23 – Evolução dos créditos do IAPMEI por natureza de empréstimo/subsídio	VII.35
Quadro VII.24 – Evolução registada no valor da carteira de obrigações.....	VII.36
Quadro VII.25 – Evolução registada no valor da carteira de títulos da dívida pública.....	VII.37
Quadro VII.26 – Evolução registada no valor da carteira de títulos de participação	VII.37
Quadro VII.27 – Evolução registada no valor da carteira de participações em entidades societárias ...	VII.39
Quadro VII.28 – Movimentos de aumento da carteira (acções entradas).....	VII.40
Quadro VII.29 – Movimentos de redução da carteira (acções saídas).....	VII.40
Quadro VII.30 – Sociedades constituídas no ano 2000.....	VII.41
Quadro VII.31 – Evolução registada no valor da carteira de participações em entidades não societárias	VII.44
Quadro VII.32 – Evolução registada no valor da carteira dos Fundos de Investimento.....	VII.45
Quadro VII.33 – Evolução registada no valor da carteira dos "Outros activos".....	VII.46
Quadro VII.34 – Fundos e serviços autónomos que apresentam divergências entre a informação constante da CGE e a enviada ao abrigo das Instruções.....	VII.47
Quadro VII.35 – Aplicação das receitas das privatizações em 2000.....	VII.55
Quadro VII.36 – Novas aplicações de capital realizadas em 2000 com receitas das privatizações.....	VII.57
Quadro VIII.1 – Evolução dos saldos activos das contas de terceiros	VIII.15
Quadro VIII.2 – Saldos relativos às cobranças tituladas por documentos únicos	VIII.19
Quadro VIII.3 – Movimentação registada nas contas de compensação.....	VIII.22
Quadro VIII.4 – Fecho mensal da Contabilidade do Tesouro de 2000.....	VIII.35
Quadro IX.1 – Retroacção de reposições por Ministérios	IX.4
Quadro IX.2 – Retroacção de reposições por finalidade.....	IX.5
Quadro IX.3 – Autorizações de despesa que excederam as respectivas dotações.....	IX.6
Quadro IX.4 – Receitas por cobrar	IX.11
Quadro X.1 – Transferências para entidades do SPE.....	X.3
Quadro X.2 – Subsídios para entidades do SPE.....	X.4
Quadro X.3 – Transferências de capital para entidades do SPE.....	X.6
Quadro X.4 – Transferências de verbas do PIDDAC	X.7
Quadro X.5 – Outras transferências	X.8
Quadro X.6 – Assunção de passivos e regularização de responsabilidades	X.9
Quadro X.7 – Aumentos de capital	X.10
Quadro X.8 – Concessão de garantias	X.10
Quadro X.9 – Variação do esforço financeiro.....	X.11

Quadro X.10 – Receitas com origem no SPE.....	X.11
Quadro X.11 – Receitas das privatizações	X.12
Quadro X.12 – Dividendos e participação nos lucros	X.12
Quadro X.13 – Variação das receitas com origem no SPE.....	X.13
Quadro X.14 – Transferências dos SFA para o SPE.....	X.13
Quadro X.15 – Entidades beneficiárias.....	X.14
Quadro X.16 – Outras transferências para entidades do SPE.....	X.15
Quadro XI.1 – Fluxos financeiros entre Portugal e a União Europeia	XI.3
Quadro XI.2 – Transferências de Portugal para a União Europeia em 2000.....	XI.5
Quadro XI.3 – Contribuições devidas por Portugal.....	XI.6
Quadro XI.4 – Contribuições – Fluxos financeiros.....	XI.7
Quadro XI.5 – Recursos próprios não tradicionais – Execução orçamental.....	XI.9
Quadro XI.6 – Recursos próprios não tradicionais – Evolução	XI.9
Quadro XI.7 – Transferências da UE para Portugal – 2000	XI.11
Quadro XI.8 – PIDDAC – Financiamento comunitário – 2000	XI.12
Quadro XI.9 – Transferências da UE – 1994/2000.....	XI.13
Quadro XI.10 – Despesa pública.....	XI.16
Quadro XI.11 – Programação, aprovação e execução – QCA III – 2000 (Componente comunitária)....	XI.19
Quadro XI.12 – Realização comunitária em 2000 – QCA III.....	XI.20
Quadro XI.13 – Programação e execução dos fundos do QCA II em termos acumulados	XI.21
Quadro XI.14 – Despesa pública acumulada – QCA II – 1994/2000	XI.23
Quadro XI.15 – Programação e execução do Fundo de Coesão – 1993/2000 (Componente comunitária)	XI.24
Quadro XI.16 – Ajudas no âmbito do FEOGA-Garantia - 2000.....	XI.26
Quadro XI.17 – Despesa pública total executada.....	XI.31
Quadro XI.18 – Objectivos globais – Sub-programa A.....	XI.33
Quadro XI.19 – Objectivos globais – Sub-programa B.....	XI.34
Quadro XI.20 – Objectivos globais – Sub-programa C.....	XI.34
Quadro XI.21 – Fontes de financiamento previstas	XI.37
Quadro XI.22 – Investimento executado.....	XI.39
Quadro XI.23 – Opções de investimento por NUT II.....	XI.42
Quadro XI.24 – Distribuição do investimento por sectores.....	XI.44
Quadro XI.25 – Investimento por sub-programa e medida	XI.46
Quadro XI.26 – Indicadores mais relevantes	XI.48
Quadro XI.27 – Repartição dos principais benefícios ao nível das NUT III.....	XI.49
Quadro XI.28 – Orçamento global para as PIP – POE 2000-2006.....	XI.57



Tribunal de Contas

Quadro XII.1 – LO/00 e Segurança Social.....	XII.4
Quadro XII.2 – Síntese da Receita Orçamentada e Cobrada	XII.8
Quadro XII.3 – Evolução da Receita Cobrada 1999/00.....	XII.9
Quadro XII.4 – Evolução das Principais Receitas do Sistema no Período - 1996/00.....	XII.10
Quadro XII.5 – Síntese da Despesa Orçamentada e Processada	XII.11
Quadro XII.6 – Evolução da Despesa 1999/00	XII.12
Quadro XII.7 – Evolução das Principais Despesas do Sistema no Período 1996/00.....	XII.13
Quadro XII.8 – Comparação entre a Receita e Despesa.....	XII.15
Quadro XII.9 – Saldos de Exercícios Anteriores e Transferências para o FEFSS – 1997/00	XII.15
Quadro XII.10 – Contas da Segurança Social – 1996/00.....	XII.17
Quadro XII.11 – Principais Receitas e Despesas – Taxas de Crescimento Médio Anual - 1996/00	XII.20
Quadro XII.12 – Relação das Principais Receitas e Despesas com o PIB – 1990, 1995 e 2000.....	XII.21
Quadro XII.13 – Distribuição das Receitas e Transferências por Fontes de Financiamento.....	XII.24
Quadro XII.14 – Distribuição das Contribuições do Regime Geral por Contribuintes e Beneficiários .	XII.25
Quadro XII.15 – UE – Contribuições para a Segurança Social e Nível de Fiscalidade	XII.26
Quadro XII.16 – Aplicação das Receitas e Transferências do Regime Geral.....	XII.28
Quadro XII.17 – Distribuição das Transferências do Estado.....	XII.29
Quadro XII.18 – Origem e Aplicação das Transferências do OE por Despesas Imputadas aos Regimes.....	XII.30
Quadro XII.19 – Origem e Aplicação das Transferências do Exterior por Despesas Imputadas aos Regimes.....	XII.32
Quadro XII.20 – Aplicação das Transferências da SCML por Despesas Imputadas aos Regimes	XII.33
Quadro XII.21 – Financiamento da Acção Social	XII.34
Quadro XII.22 – Evolução dos Saldos por Regimes nas CSS – 1998/00	XII.37
Quadro XII.23 – Ajustamentos Formalizados por Verbetes de Lançamento	XII.40
Quadro XII.24 – Evolução do Activo, Passivo e Situação Líquida – 1998/00	XII.41
Quadro XII.25 – Principais Rubricas do Activo.....	XII.42
Quadro XII.26 – Evolução do Activo por Grupos Patrimoniais – 1998/00	XII.43
Quadro XII.27 – Evolução das Principais Rubricas do Passivo – 1998/00.....	XII.44
Quadro XII.28 – Evolução da Situação Líquida pelas Principais Rubricas e Grupos Patrimoniais – 1998/00	XII.46
Quadro XII.29 – Evolução das Principais Rubricas de Disponibilidades – 1998/00.....	XII.47
Quadro XII.30 – Distribuição das Disponibilidades por Instituições	XII.48
Quadro XII.31 – Evolução dos Créditos sobre Contribuintes e Relativos a Outros Devedores	XII.50
Quadro XII.32 – Evolução dos Créditos a Médio e Longo Prazos – 1998/00.....	XII.50
Quadro XII.33 – Evolução dos Créditos a Médio e Longo Prazos – 1998/00.....	XII.51
Quadro XII.34 – Variação da carteira de títulos de 1999 a 2000	XII.52

Quadro XII.35 – Aquisição de Acções em 2000.....	XII.52
Quadro XII.36 – Outras Imobilizações	XII.53
Quadro XII.37 – Evolução no Triénio 1998/00 da Rubrica “Imobilizações”.....	XII.54
Quadro XII.38 – Evolução das Componentes da Reserva Geral do Sistema – 1998/00.....	XII.56
Quadro XII.39 – Demonstração de Resultados Líquidos – 1998/00.....	XII.59
Quadro XII.40 – Conciliação entre os saldos da CEO e da DRL.....	XII.60
Quadro XII.41 – Evolução das Pensões de Reforma por Regimes	XII.62
Quadro XII.42 – Evolução do Número de Pensionistas por Regime	XII.63
Quadro XII.43 – Pensão Média Anual e Mensal por Regime.....	XII.64
Quadro XII.44 – Relação entre Beneficiários e Pensionistas	XII.65
Quadro XII.45 – Evolução das Despesas e Transferências Correntes com Prestações de Acção Social no Período 1996/00.....	XII.70
Quadro XII.46 – Despesas de Capital com Equipamentos Sociais no Período de 1998/00.....	XII.71
Quadro XII.47 – Evolução das Principais Despesas com Acção Social no Triénio 1998/00.....	XII.72
Quadro XII.48 – Distribuição dos Subsídios a IPSS com Acordos de Cooperação por Áreas Sociais e Regiões do Continente em 2000.....	XII.73
Quadro XII.49 – Subsídios de Desemprego – 1996/00	XII.74
Quadro XII.50 – Número Médio de Beneficiários com Subsídios de Desemprego – 1996/00	XII.75
Quadro XII.51 – Desemprego – Evolução dos Subsídios Médios Mensais – 1985/00.....	XII.76
Quadro XII.52 – Despesas e Transferências Associadas a Políticas de Emprego e Formação Profissional	XII.78
Quadro XII.53 – Orçamento e Despesa do RMG no período 1996/00.....	XII.84
Quadro XII.54 – Distribuição das Despesas com RMG no Período 1998/00.....	XII.85
Quadro XII.55 – RMG – Prestação Média por Beneficiários e Famílias em 1999 e 2000	XII.86
Quadro XII.56 – Despesa no Triénio 1998/00 por Regiões e CDSSS (ex-SSR).....	XII.87
Quadro XII.57 – RMG – Número de Famílias e Indivíduos Beneficiários até 31/12/99 e 31/12/00.....	XII.89
Quadro XII.58 – Evolução da Emissão de Notas de Reposição no Período 1999/00.....	XII.90
Quadro XII.59 – Comparação entre os Pagamentos Indevidos e Montantes Recuperados em 2000.....	XII.91
Quadro XII.60 – Relação entre Pagamentos Indevidos e Prestações em 2000.....	XII.92
Quadro XII.61 – RMG – Processos Entrados e Avaliados até 31/12/00	XII.93
Quadro XII.62 – RMG – Processos Deferidos/Indeferidos.....	XII.93
Quadro XII.63 – Distribuição dos Processos Diferidos por Cessados e não Cessados nos anos de 1999 e 2000.....	XII.94
Quadro XII.64 – RMG – Motivos de Cessação.....	XII.96
Quadro XII.65 – RMG – Áreas de Inserção	XII.98
Quadro XII.66 – RMG – Beneficiários por Escalão Etário	XII.99
Quadro XII.67 – Famílias Beneficiárias do RMG	XII.101



Tribunal de Contas

Quadro XII.68 – RMG – Famílias sem Rendimento.....	XII.102
Quadro XII.69 – Evolução das Principais Rubricas relativas à Dívida de Contribuições.....	XII.105
Quadro XII.70 – Evolução das Contribuições Cobradas Relativas ao Próprio Ano – 1996/00.....	XII.107
Quadro XII.71 – Contribuições Cobradas e por Cobrar no Ano Relativas a Anos Anteriores.....	XII.109
Quadro XII.72 – Evolução da Rubrica “Contribuintes com Acordo” por Diploma de Base–1996/00 .	XII.110
Quadro XII.73 –Evolução dos Movimentos Contabilísticos na Rubrica “Contribuintes com acordo” no Período de 1996 a 2000.....	XII.111
Quadro XII.74 – Número de Devedores com Acordo – em 1999 e 2000.....	XII.114
Quadro XII.75 – Estimativa da Evolução dos Contribuintes e Beneficiários – 1998/00.....	XII.115
Quadro XII.76 – Evolução do Número de Devedores.....	XII.116
Quadro XII.77 –Desagregação da Dívida sem Acordo por Escalões de Dívida nos anos de 1999 e 2000.....	XII.117
Quadro XII.78 –Número de Empresas com Valores em Dívida e Recebimento de Contribuições em 1999 e 2000 dessas Empresas.....	XII.119
Quadro XII.79 – Situação das Empresas com Dívida em 2000.....	XII.120
Quadro XII.80 – Dívida por Sectores de Actividade.....	XII.121
Quadro XII.81 – Proporção da Dívida não Determinada quanto à Antiguidade de Saldos em 2000 ..	XII.122
Quadro XII.82 – Desagregação da Dívida por Antiguidade de Saldos em 2000.....	XII.123
Quadro XII.83 – Contribuintes SPA com Dívidas Acima de 1.000 Contos em 2000.....	XII.124
Quadro XII.84 – Contribuintes SPA com Acordos de Regularização de Dívidas.....	XII.126
Quadro XII.85 – Ponto da Situação dos Acordos em 30/06/00 – Distribuição Regional.....	XII.127
Quadro XII.86 – Art. 10.º do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto.....	XII.129
Quadro XII.87 – Retenções ao Abrigo do Decreto-Lei n.º 103/80, de 9 de Maio.....	XII.131
Quadro XII.88 – Evolução dos Montantes Cobrados Através de Execuções Fiscais – 1998/00.....	XII.132
Quadro XII.89 – Efeitos financeiros dos Processos de Falência em 1999 e 2000.....	XII.134
Quadro XII.90 – Dívida de Contribuintes Associada às Falências Decretadas em 2000.....	XII.136
Quadro XII.91 – Regularização de Dívidas por Via Administrativa.....	XII.138
Quadro XII.92 – Evolução de Outros Créditos sobre Terceiros – 1998/00.....	XII.139
Quadro XII.93 –Desagregação da Rubrica “Devedores por Financiamento e Participações do OE” – 1997/00.....	XII.141
Quadro XII.94 – Prestações Indevidamente Processadas.....	XII.143
Quadro XII.95 – Distribuição Regional da Emissão de Notas de Reposição e Recuperação de Valores em 2000.....	XII.145
Quadro XII.96 – Evolução da Rubrica “Outros Devedores” – 1996/00.....	XII.146
Quadro XII.97 – Principais Devedores Segundo Critérios de Antiguidade e Valor.....	XII.150
Quadro XII.98 – Evolução da Rubrica “Outros Credores” – 1996/00.....	XII.151
Quadro XII.99 – Evolução dos Capitais Próprios do FEFSS – 1996/00.....	XII.153

Quadro XII.100 – FEFSS – Aplicação de Fundos	XII.156
Quadro XII.101 – Movimentações Contabilísticas no Património Imobiliário	XII.159
Quadro XII.102 – Titularidade dos Bens Imóveis Detidos pelo Sistema em 2000	XII.162
Quadro XII.103 – Tipologia dos Fogos Detidos pelo IGFSS no Período 1998/00.....	XII.164
Quadro XII.104 – Valores de Alienação de Imóveis do IGFSS.....	XII.165
Quadro XII.105 – Situação dos Imóveis Detidos pelo IGFSS em 2000.....	XII.166
Quadro XII.106 – Rendas de Imóveis no Período 1998/00.....	XII.167



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico II.1 – Certidões e valor em dívida por ano de exercício.....	II.40
Gráfico IV.1 – PIDDAC 2000 - Estrutura prevista por sectores	IV.8
Gráfico IV.2 – Orçamentos inicial e final e despesa realizada.....	IV.16
Gráfico IV.3 – Despesa total em I&D, a preços correntes, por sector de execução (1995-1999).....	IV.27
Gráfico V.1 – Evolução da despesa fiscal.....	V.69
Gráfico VI.1 – Evolução das receitas provenientes das privatizações.....	VI.18
Gráfico VI.2 – Produto dos empréstimos	VI.33
Gráfico VI.3 – Evolução dos limites de endividamentos fixados pela LOE	VI.38
Gráfico VI.4 – Evolução das dotações orçamentais requisitadas	VI.55
Gráfico VI.5 – Responsabilidades efectivas do Estado, por países.....	VI.89
Gráfico VII.1 – Repartição do património financeiro, por subsector e tipo de activo.....	VII.4
Gráfico VII.2 – Evolução da receita da alienação de participações do Estado 1989-2000.....	VII.25
Gráfico VII.3 – Constituição das carteiras de activos	VII.29
Gráfico VII.4 – Composição em termos percentuais do património financeiro no final de 2000.....	VII.30
Gráfico VII.5 – Evolução da repartição das aplicações de receitas de privatizações 1993-2000.....	VII.56
Gráfico XI.1 – Transferências da UE – 1994/2000	XI.13
Gráfico XI.2 – Financiamento comunitário por Fundo estrutural.....	XI.16
Gráfico XI.3 – Despesa pública por eixo prioritário – QCA III	XI.17
Gráfico XI.4 – Despesa pública por programa operacional	XI.18
Gráfico XI.5 – Programação e execução da componente comunitária – 1994/2000.....	XI.22
Gráfico XI.6 – Contribuição financeira prevista	XI.37
Gráfico XI.7 – Sub-regiões (NUT III) com maior investimento.....	XI.40
Gráfico XI.8 – Investimento per capita	XI.41
Gráfico XI.9 – Dimensão média dos projectos	XI.41
Gráfico XI.10 – Sectores de actividade	XI.45
Gráfico XII.1 – Evolução das Principais Receitas do Sistema no Período 1996/00.....	XII.11
Gráfico XII.2 – Evolução das Despesas e Receitas Correntes no Quinquénio 1996/2000	XII.18
Gráfico XII.3 – Evolução da Despesa e da Receita no Quinquénio 1996/00	XII.19
Gráfico XII.4 – Distribuição das Receitas e Transferências por Fontes de Financiamento de 1998/00.....	XII.25
Gráfico XII.5 – Contribuições para a Segurança Social e Nível de Fiscalidade em Percentagem do PIB.....	XII.27
Gráfico XII.6 – Fontes de Financiamento e Aplicação por Regimes em 2000.....	XII.36
Gráfico XII.7 – Evolução do Activo, Passivo e Situação Líquida – 1998/00.....	XII.41

Gráfico XII.8 – Evolução do Activo por Grupos Patrimoniais – 1998/00.....	XII.43
Gráfico XII.9 – Evolução das Pensões de Reforma por Regimes	XII.62
Gráfico XII.10 – Evolução do Número de Pensionistas por Regime.....	XII.63
Gráfico XII.11 – Evolução das Despesas e Transferências Correntes com Acção Social de 1996 a 2000	XII.70
Gráfico XII.12 – Despesas com RMG de 1996 a 2000.....	XII.85
Gráfico XII.13 – Evolução das Despesas com RMG por Regiões	XII.88
Gráfico XII.14 – RMG – Inserção Profissional em 1999 e 2000.....	XII.97
Gráfico XII.15 – RMG – Áreas de Inserção.....	XII.98
Gráfico XII.16 – RMG – Beneficiários por Escalão Etário	XII.100
Gráfico XII.17 – RMG – Titulares por Sexo.....	XII.100
Gráfico XII.18 – RMG – Famílias sem Rendimento por Tipo de Agregado.....	XII.102
Gráfico XII.19 – Evolução da Dívida.....	XII.106
Gráfico XII.20 – Contribuições Anuais	XII.107
Gráfico XII.21 – Rácios de Cobrança.....	XII.108
Gráfico XII.22 – Evolução da Dívida com Acordo no Período 1996/00.....	XII.110
Gráfico XII.23 – Movimentos a Débito e a Crédito na Conta “Contribuintes com acordo” – 1996/00.....	XII.111
Gráfico XII.24 – Fundamento da Evolução dos Débitos e Créditos na Dívida com Acordo – 1996/00.....	XII.112
Gráfico XII.25 – Montantes Participados e Cobrados em Termos de Execuções Fiscais - 1998/00... ..	XII.133
Gráfico XII.26 – Outros Devedores – Evolução da Rubrica no Período 1996/00.....	XII.147
Gráfico XII.27 – Outros Credores – Evolução da Rubrica no Período 1996/00.....	XII.152
Gráfico XII.28 – FEFSS – Capital Próprio	XII.155
Gráfico XII.29 – FEFSS – Aplicação de Fundos no Período de 1998/00.....	XII.156
Gráfico XII.30 – FEFSS – Evolução da Taxa de Rendibilidade dos Activos Financeiros - 1990/00..	XII.158



Nota Introdutória



I – NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Parecer, cuja estrutura reflecte o conteúdo genérico previsto no artigo 41.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, contém, para além da análise habitual relativa ao processo orçamental e à execução global do orçamento da receita e da despesa, os resultados das acções e verificações realizadas no âmbito e com a incidência que seguidamente se referem.

No que concerne à execução orçamental da receita, foram realizadas análises de âmbito global sobre o modelo de contabilização das receitas orçamentais na Conta Geral do Estado e sobre o registo da movimentação na Tesouraria do Estado através da contabilidade do Tesouro, relativamente à actividade desenvolvida pelas Direcções Gerais do Orçamento, dos Impostos, do Tesouro e das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo.

Para complementar e aprofundar aquelas análises foram realizadas auditorias a aspectos específicos da actuação de algumas destas entidades, tendo em vista a avaliação do controlo interno exercido para assegurar a correcção, fiabilidade e consistência das operações efectuadas.

Estas auditorias incidiram sobre a contabilidade do Tesouro de 2000, as execuções fiscais dos impostos sobre o rendimento e o modo de funcionamento do Departamento de Cobrança da Direcção-Geral dos Impostos, no âmbito do imposto sobre o valor acrescentado.

No que respeita à receita cessante, a análise efectuada incidiu sobre o apuramento da despesa fiscal para 2000, o cumprimento do disposto na Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, quanto à publicitação e fundamentação dos actos administrativos que impliquem perda de receita fiscal e sobre os resultados da auditoria realizada à Direcção Geral dos Impostos, no âmbito dos benefícios concedidos em sede de contas poupança-habitação.

No campo da despesa, além das habituais acções de verificação e da apreciação geral da "despesa paga" evidenciada na Conta, foram realizadas várias auditorias, dentro da preocupação de dar continuidade ao esforço que tem vindo a desenvolver-se no sentido do levantamento e acompanhamento do sistema de concessão de subsídios e outras formas de apoio, directo ou indirecto, por parte do Estado (artigo 41º, n.º 1, alínea h) da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto) e tendo em conta a sua dimensão financeira e o grau de risco envolvido.

Nessas auditorias, que incidiram sobre os apoios concedidos pelo Instituto Português das Artes do Espectáculo às actividades artísticas de carácter profissional nas áreas do teatro, da dança e da música, pelo Instituto Português da Juventude no âmbito de alguns programas para jovens e dos subsídios a associações de estudantes, pelo Governo Civil do Distrito de Lisboa a numerosas associações e pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado no âmbito do Programa "Promoção apoiada", para além dos tradicionais aspectos de legalidade, apreciou-se a regularidade e correcção económica e financeira da atribuição e pagamento dos apoios e o sistema de controlo instituído.

O capítulo relativo aos Investimentos do Plano, integrado no presente Parecer nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 41º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, inclui a análise da execução financeira global do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), nomeadamente da sua parcela anual, e uma síntese do relatório da auditoria de gestão ao Programa “PRAXIS XXI” da responsabilidade da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A auditoria teve por finalidade a análise da execução e gestão do referido Programa, com o objectivo de caracterizar, mensurar e avaliar, fundamentalmente, as acções conducentes à obtenção dos resultados físicos, temporais e financeiros previstos com a implementação do Programa, entre 1994 e 2000, tendo em vista caracterizar e mensurar a relação entre o previsto e o realizado.

No capítulo referente à dívida pública, para além da análise dos factores determinantes da evolução da dívida directa do Estado (em moeda nacional e moeda estrangeira), bem como dos encargos a ela associados, procedeu-se, pela primeira vez, à avaliação da gestão da dívida pública, matéria objecto de uma auditoria específica com recurso a um consultor externo, e em cujo âmbito se inclui, também, a análise das operações respeitantes à realização, anulação e resgate de derivados. No domínio da assunção de outras responsabilidades, para além da análise habitual dos factores determinantes da evolução da dívida garantida, procedeu-se, também pela primeira vez, à análise da concessão de garantias do Estado a seguros de crédito, créditos financeiros, seguros caução e seguros de investimento, contratados pela COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.. Continua a assumir particular ênfase a análise da aplicação do produto dos empréstimos, com especial incidência nas operações autorizadas pelos artigos 63.º e 64.º da Lei do Orçamento, sem a necessária cobertura orçamental, relativamente às quais se continua a verificar a sistemática violação da CRP e da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, com importantes implicações na transparência e rigor das contas públicas.

Como se tem vindo a assinalar em Pareceres anteriores, na medida em que a inventariação do património do Estado não se encontra ainda concluída e a Conta Geral do Estado continua a não ser acompanhada de um balanço entre valores activos e passivos, a análise que se tem vindo a desenvolver circunscreve-se a uma actividade de acompanhamento da evolução do seu património financeiro, tendo em conta as disposições legais aplicáveis, em particular a Lei n.º 11/90, de 5 de Abril e artigos 4º da Lei n.º 14/96, de 20 de Abril. Tal actividade, inicialmente limitada aos activos geridos pelos serviços do Ministério das Finanças com competências específicas nesta matéria, tem vindo a estender-se desde 1993 a outros fundos e serviços públicos, tendo por base a informação proporcionada ao abrigo de Instruções emitidas pelo Tribunal.

No presente Parecer, a análise dos activos geridos por estes organismos, embora continue a não assegurar a cobertura exhaustiva do património financeiro do sector, abrange, para além dos serviços integrados no subsector Estado, 80 serviços e fundos autónomos. No exercício em causa, continuou-se a analisar a função que a Partest e a Parpública, que lhe sucedeu, assumiram nos processos de privatização à luz das leis aplicáveis.

A análise das operações de tesouraria foi desenvolvida através de uma auditoria realizada na Direcção Geral do Tesouro que teve como objectivo a avaliação do sistema de contabilização e controlo das operações realizadas na Tesouraria do Estado.

Neste âmbito, foi analisada a movimentação de contas criadas em 2000, bem como de contas destinadas à regularização e/ou encerramento da contabilidade do Tesouro e da Conta Geral do Estado; foram ainda analisadas contas cujos saldos de abertura divergiam dos de encerramento de 1999, e outras que evidenciavam saldos por falta de regularização e/ou conciliação bancária.



Tribunal de Contas

Procedeu-se também à análise dos documentos elaborados pelas Direcções Gerais do Orçamento e do Tesouro, para efeito do Balanço de Tesouraria.

A análise efectuada às operações de encerramento da Conta incidiu, na área da despesa, sobre a retroacção a 2000, de reposições efectuadas em 2001, e no âmbito da receita, sobre a transferência de saldos de receitas consignadas, sobre as necessidades de financiamento do défice orçamental, bem como sobre os saldos em documentos (receitas em dívida) e em disponibilidades na Tesouraria do Estado.

A Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, no seu artigo 41.º, alíneas d) e i), contempla, respectivamente, a análise dos fluxos entre o Orçamento do Estado e o Sector Empresarial do Estado e com a União Europeia (UE), pelo que se procede no presente Parecer à análise desses fluxos.

O capítulo respeitante aos fluxos financeiros com a União Europeia integra a análise de determinadas contribuições financeiras para o orçamento comunitário e a apreciação global, no horizonte temporal 1994-2000, das transferências e da aplicação dos Fundos estruturais, do Fundo de Coesão e do FEOGA-Garantia, com particular incidência na execução financeira de 2000, sua relação com a CGE/2000 e com o OE/PIDDAC relativo ao mesmo ano. Este capítulo integra ainda a síntese global da avaliação dos resultados da execução dos programas operacionais do Continente, decorrentes dos relatórios das auditorias realizadas aos Programas Operacionais das Regiões do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve do QCA II, e a síntese do relatório de auditoria ao “Desenvolvimento de Investimentos com Recurso a Parcerias e Iniciativas Públicas”.

A análise da Conta da Segurança Social (CSS) foi iniciada com a síntese do enquadramento jurídico e institucional do sistema de Segurança Social, tendo em atenção nomeadamente a fase de transição que se vive no sector, seguindo-se a análise da execução orçamental, com base na conta de execução orçamental, considerando não só a evolução das principais receitas e despesas, bem como o esquema de financiamento em termos de origem e aplicação de fundos, em função dos regimes que integravam o sistema. Foram igualmente analisadas as diversas operações que conduziram às demonstrações financeira consolidadas, onde como principais peças, para além da conta de execução orçamental, se destacam o balanço e a demonstração de resultados líquidos, como base essencial para a avaliação do comportamento das componentes patrimoniais mais significativas do sector.

Foram ainda analisados alguns temas considerados como estratégicos quanto à avaliação actual do sistema e perspectivas futuras, como sejam as pensões de reforma, a acção social, o emprego e formação profissional, o rendimento mínimo garantido, as dívidas à segurança social e os patrimónios financeiro e imobiliário, tomando como base não só os dados e informações obtidas especificamente em sede de Parecer, como os resultados e opiniões concitados por via de diversas auditorias levadas a cabo pelo Tribunal de Contas.

No presente Parecer observou-se o princípio do contraditório, tendo o Tribunal tido na devida conta as respostas das entidades às observações formuladas, de que se inserem extractos ao longo do Relatório, e que se apresentam na íntegra, no Volume III – Anexos, nos termos do n.º 4 do artigo 24.º da Lei n.º 6/91.